

**ACTA Nº 5**  
**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE BORBA REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2002**

Aos Quatorze dias do Mês de Maio de dois mil e dois, nesta Vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas 21:00 horas, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM: Período para intervenção do público

PONTO DOIS: Aprovação da acta nº 3

PONTO DOIS PONTO DOIS: Alteração ao ponto nº1 do artigo 34º do Regimento

PONTO DOIS PONTO TRÊS: Análise de Empréstimos a médio e longo prazo

O senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura da sessão e o secretário realizou a chamada, verificando-se a presença dos membros Joaquim Maria Godinho Veiga, Joaquim Miguel Bilro Manguinhas, Mário Joaquim Trindade de Deus, Maria Filipa Martins de Almeida, António José Moura Proença, Joaquim Manuel Cardoso, Ivone da Conceição Balseiro Espiguinha, Augusto Manuel Bilro Guégués, António Joaquim Moura Lopes, Diogo Manuel Canhão Sapatinha, Norberto João Figueiras Alpalhão, Luís Manuel do Nascimento, Joaquim Manuel Grego Esteves, António José Lopes Anselmo, António José Barroso Paixão e José António Carapeto Dias.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, antes de dar início ao Período de Intervenção do Público, procedeu à tomada de posse dos Senhores António Camões e Roberto Ganito. Comunicou à Assembleia o pedido de substituição (anexo 1), de acordo com o artigo setenta e nove do Decreto Lei cento e sessenta e nove barra noventa e oito, do membro Carlos Manuel de Almeida Cabral pelo senhor Francisco Mendes. Foi ainda apresentado pedido de substituição (anexo 2), do membro Rui Manuel Ganito Bacalhau pela senhora Maria Barriga, que apresentou o pedido de substituição (anexo 3), pelo membro Rui Sá, que apresentou pedido de substituição (anexo 4) pelo senhor António Camões. Foi ainda apresentado pedido de substituição (anexo 5) do membro Jerónimo João Pereira Cavaco pelo membro Roberto Ganito.

**PONTO UM: Período para intervenção do Público:**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, pergunto: alguém quer usar da palavra?

O senhor José Luís Godinho, sou morador na Rua S. João de Deus nº 48, em Borba. Gostava de fazer a seguinte pergunta: a minha Rua é a única que falta ainda levar o tapete de asfalto que todas as Ruas, pelo menos as que vão ter à Praça têm. Parece que na altura não foi feito, porque existiam lá obras, mas agora as obras acabaram. Eu gostava de saber e os moradores da mesma rua também, quando será alcatroada?. A minha segunda pergunta tem a ver com as dificuldades Camarárias, que todos nós sabemos que existem, as monetárias e financeiras. Não consigo entender a razão, porque é que na Quinta Feira da Espiga, a Câmara de Borba, na parte da tarde, dispensou todos os seus funcionários? Dá a todos os seus funcionários o dia do Aniversário. A Câmara tem 160 ou 170 funcionários, são estes 160 ou 170 dias de trabalho a menos. Além dos mais, e dadas as dificuldades, mais uma razão para se trabalhar. Também na ponte do 26 de Abril, ninguém trabalhou. E isso, fez-me muita confusão, porque até precisei de tratar de assuntos e a Câmara estava fechada. Se a Câmara tem tantas dificuldades, porque é que dá tantos dias sem trabalhar? Possivelmente as dificuldades, não são assim tão grandes.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: Em primeiro lugar, relativamente à questão do alcatroamento da Rua S. João de Deus, vai responder o senhor Vereador Artur Pombeiro. A segunda questão que se prende com as pontes, no fundo, algumas dispensas que foram concedidas aos trabalhadores da Câmara Municipal de Borba. Bem, a vida ensinou-me ao longo dos anos, que mais vale trabalhar-se duas horas que duzentas e, como tal, foi nesse sentido que neste ano a Câmara Municipal de Borba, em reunião com o Sindicato dos Trabalhadores, resolveu chegar este ano a este acordo. Naturalmente, que é um ano experimental e, que de acordo com a rentabilidade se continuará a dar, ou não. De qualquer maneira,

penso que tem havido melhorias significativas, sobre tudo ao nível de faltas. Aliás, amanhã, vou ter outra reunião com o Sindicato, tendo como objectivo a sensibilização para esta questão. Decidimos este ano a título experimental, ceder a algumas reivindicações que vinham de há muitos anos. Cá estamos para avaliar o trabalho, e para o próximo ano, dar-se-à, ou não, de acordo com os resultados obtidos neste ano.

O senhor Vereador Artur Pombeiro: Em relação à pergunta formulada pelo senhor Godinho, devo dizer-lhe que tanto a sua Rua, como outras, ainda não estão alcatroadas. Eu penso que as coisas têm que ter o seu tempo, para além da Rua do senhor Godinho, há mais Ruas de facto para alcatroar. Mas com o devido tempo tudo se fará. Agora, com a intervenção da Cabovisão, não nos podemos precipitar com decisões e, começar a lançar alcatroamento e ao fim de uma semana andarmos a escavar o asfalto. O alcatroamento da sua Rua é um direito que o senhor tem, mas ao senhor não há-de certamente parecer mal, pelo atraso. A mim, como Vereador, parece-me mal uma coisa: quando há dias reparámos uma rotura na Rua Visconde Gião, que o senhor mandasse para lá o entulho de uma obra. Pelo menos, podia-me ter dito e, nós retirávamos o entulho.

O senhor José Luís Godinho: Aquilo que fiz: fi-lo talvez por ignorância, por inconsciência, mas, a conta que hoje me apareceu para pagar, parece-me que inclui as carradas de entulho que foi de lá tirado. Vou pagá-lo à Câmara, assim me foi explicado. E tentei fazê-lo, para evitar aquilo que já tinha feito; que foi pedir por duas vezes à minha Junta de Freguesia, se a mesma se disponibilizava, depois da hora, a retirar o entulho dado que aquilo até é para o Partido Social Democrata, não é propriamente para mim. É para a instalação do P.S.D, mas não importa. A questão está, em que me foi dito: que eu iria pagar as vagonas. Fiquei tranquilo, não o fiz com maldade. Mas parece-me que estamos a misturar alhos com bugalhos. Eu faço uma pergunta e, o senhor responde-me com outra. Se é assim que o Executivo funciona, está bem.

O senhor Vereador Artur Pombeiro: eu penso que não lhe respondi com outra pergunta. Eu apenas acrescentei à sua resposta que o senhor tinha todos os direitos. O senhor tem todo o direito de reclamar porque ainda não tem a sua Rua alcatroada, mas também há Ruas que ainda não o estão, foi aquilo que eu disse e, que devido a algumas intervenções, nas Ruas da Vila, nomeadamente, por parte da Cabovisão, se ainda não está, certamente que irá estar. Eu apenas complementei.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: mais ninguém quer usar da palavra? Então, encerramos o ponto de intervenção do público.

## **PONTO DOIS: Ordem do Dia:**

### **PONTO DOIS PONTO UM: Aprovação da acta nº 3:**

O senhor **Presidente da Assembleia**: colocou este ponto à discussão. Não havendo ninguém para falar sobre este ponto, passou à votação.

*Aprovada por dezasseis votos a favor e três abstenções.*

### **PONTO DOIS PONTO DOIS: Alteração ao ponto nº 1 do artigo 34º do Regimento**

O Membro Luís do Nascimento: A proposta de alteração ao artigo 34º do Regimento, do nosso ponto de vista, não tem a redacção mais correcta. Passo a explicar: quando diz que a votação deve ser feita de braço no ar, levantado ou sentado, pode de facto induzir a alguma confusão no acto da votação. Parece-nos que a redacção deveria ser de uma forma diferente. Porque ou é de braço no ar, ou é levantado e sentado. Mas a proposta que queríamos fazer não era esta. No sentido de que as votações sejam feitas de uma forma mais célere e sem qualquer confusão, a nossa proposta ia neste sentido e, a redacção do artigo 34º, passasse a ter este teor: a votação faz-se em geral de braço no ar. A votação poderá ser nominal quando requerida por qualquer membro e aprovada pela Assembleia. Faça chegar à Mesa a nossa proposta.

O membro Diogo Sapatinha: depois de ouvir o Membro Luís, estou de acordo com a proposta por ele apresentada. Eu, subscrevo a proposta do Luís.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: A Mesa elaborou uma proposta e, distribui-a por todos, a qual dizia: a votação é por braço no ar ou por levantado ou sentado. A votação poderá ser nominal quando requerida por qualquer membro e aceite expressamente pela Assembleia. Temos aqui uma outra proposta que diz: a votação faz-se em geral por braço no ar. A votação poderá ser nominal quando requerida por qualquer membro e aprovada pela Assembleia. Fundamentalmente o que está aqui em causa é os levantados ou sentados. Isso foi redigido assim foi colocado aqui porque estava no Regimento anterior da Assembleia. Era assim que estava e, nós fizemos questão de seguir o que estava no anterior Regimento. Eu proponho que seja retirada a proposta feita pela Mesa e, ficava apenas a proposta hoje apresentada.

O membro Maria Filipa Almeida: para não restar nenhuma dúvida: as outras formas de votação, por voto secreto, essas são consideradas no número seguinte do mesmo artigo? Não estão aqui em causa as outras formas de votação?

O senhor Presidente da Assembleia: não estão em causa as outras formas de votação. É somente esta que estamos a tratar. Não há mais inscrições? Vamos passar à votação.

Aprovado por unanimidade

### **PONTO DOIS PONTO TRÊS: Análise de empréstimos a médio e longo prazo:**

O senhor Presidente da Assembleia: recordo que este assunto esteve inscrito na última Sessão e, foi proposto que passasse para a primeira Sessão Extraordinária ou para a Sessão Ordinária seguinte. Passo a palavra ao senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação da proposta.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: Em relação à acta da Câmara, já havia sido distribuída na última Assembleia. Acontece que, nos faltavam propostas. Foram feitas consultas de empréstimos. Recebemos de algumas entidades bancárias respostas de que não tinha sido possível responder ao nosso assunto. Esses documentos, suponho que tenham sido todos distribuídos e, consta também a análise feita pelo senhor Economista da Câmara, ao qual passo a palavra para explicar a análise que fez.

O Economista Nuno Cavalheiro: Foram recebidas duas propostas concretas no que se refere ao empréstimo de um milhão de euros e, três propostas no que se refere ao empréstimo de quinhentos mil euros. Das propostas apresentadas, em ambos os casos, a proposta mais vantajosa é a da Caixa Geral de Depósitos. Ou seja tem um spread mais baixo, (além da Euribor que é a taxa de referência, a margem é a mais baixa,) é de 0,875% sobre a Euribor a três ou a seis meses, em qualquer um dos casos. A seguir vem a do Banco Espírito Santo, e finalmente a da Caixa de Crédito Agrícola no que se refere ao segundo empréstimo. Depois, está feita uma simulação para o empréstimo considerado como o mais vantajoso, que é o da Caixa Geral de Depósitos, onde temos a simulação quer de um empréstimo, quer de outro. Tendo em conta a capacidade de endividamento da Câmara, que é de 768 mil 732 euros, se nós analisarmos o empréstimo no ano de cruzeiro, quer a amortização, quer os juros apresentam um valor mais alto da prestação. E se somarmos duas dessas prestações, quer num caso, quer no outro, o valor dá-nos 150 mil 726 euros que somado ao valor que nós temos para este ano, no que se refere à amortização de empréstimos e juros a médio e longo prazo, o valor é inferior ao maior dos valores anteriormente referidos na capacidade de endividamento.

O membro Maria Filipa de Almeida: Não está em causa, nem nunca esteve por parte dos eleitos da C.D.U., o seu voto favorável à contratação de empréstimos. Os empréstimos são meios de gerir a coisa pública, neste caso a Câmara Municipal. Todas as Câmaras, independentemente das cores políticas, todas elas recorrem a eles para os mais diversos fins que estão previstos na lei. Mas, os empréstimos vão a visto do Tribunal de Contas, são devidamente analisados e, não podem, as suas decisões estar feridas de ilegalidades, nem de irregularidades processuais. A boa vontade dos eleitos da C.D.U. começou com uma reunião de Câmara no dia 23 de Abril, da qual temos um extracto da acta, em que apesar das propostas não terem chegado todas à Câmara, os Vereadores eleitos pela C.D.U votaram a favor, rectificando os despachos do senhor Presidente, que em 17 de Abril pedia propostas de cinco instituições bancárias. Autorizaram que o senhor Presidente pedisse à Assembleia Municipal que analisasse este assunto e, sobre

ele decidisse na sessão de 27 de Abril. Lembro-me que na sessão de 27 de Abril, o senhor Vereador João Proença explicou qual tinha sido a posição dele e do Vereador Joaquim Serra. O senhor Presidente da Câmara explicou que só tinham aparecido duas propostas até essa data. Foi por proposta de um eleito do Partido Socialista, que este ponto foi retirado da ordem de trabalhos e, também por proposta da C.D.U, que foi feita no início da sessão. Quando recebemos a convocatória para esta Assembleia, percebemos de imediato que a Assembleia Extraordinária não se iria fazer para alterar um ponto do Regimento, sobre a forma de votação, mas ia fazer-se fundamentalmente e, compreensivelmente para que a Assembleia decidisse a contratação destes dois empréstimos, no valor acumulado de cerca de trezentos mil contos. E qual não foi o meu espanto, quando recebemos um documento que tinha a análise das propostas da autoria do Dr. Nuno. Recebemos um documento do Banco Totta & Açores, dizendo que não tinha condições para prestar este serviço. Dois documentos do Banco Português do Atlântico, dizendo que não foi aprovado por esta instituição a operação de financiamento solicitada e, recebemos uma proposta da Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Borba, com a proposta de financiamento no montante de quinhentos mil euros. Na sessão de 27 de Abril, nós não recebemos nenhum documento bancário, nem de nenhuma entidade bancária sobre os empréstimos. Portanto, não temos documentos das duas entidades Bancárias que ficaram em primeiro e em segundo lugar, respectivamente Caixa Geral de Depósitos e Banco Espírito Santo. Não temos, não sabemos se existe, nenhuma minuta nem nenhum extracto da Câmara dizendo que a mesma aprovou esta proposta de contratação de empréstimos. Não temos, não recebemos o mapa de endividamento da Câmara, de acordo com a lei. Sobre o empréstimo destinado a investimento, não são prestadas quaisquer informações sobre os investimentos em que ele vai ser aplicado. E uma questão que qualquer membro da Assembleia mais virado para estas coisas das contas, pode avaliar em pormenor, se o entender fazer e, aqui, agora, sei que é para o Dr. Nuno, peço desculpa pelo que vou dizer: mas se o Dr. Nuno fizer revisão desta análise, a análise das propostas está tecnicamente errada. O serviço da dívida não é aquele que é apresentado. Mas, fundamentalmente, a competência para propor a contratação de empréstimos não é do Presidente da Câmara, é da Câmara, e sobre ela a Câmara não deliberou. A Assembleia Municipal não recebeu as propostas de todas as entidades bancárias e, não recebeu o mapa de endividamento da Câmara. Eu, penso que nesta Assembleia Extraordinária tudo isto poderia ter sido acautelado. Nós somos a favor da contracção de empréstimos e, sabemos, embora, pense que não houvesse necessidade da Assembleia ser hoje. Mas as Assembleia podem ser em qualquer dia da Semana. Percebemos o porquê da Assembleia ser convocada para dia 14 de Maio. Amanhã, é aprovado o orçamento rectificativo e provavelmente, digo eu, a Câmara de Borba poderá deixar de poder contratar empréstimos neste valor, com o orçamento rectificativo do P.S.D., que curiosamente não tem nada de novo. Tudo o que a Ministra apresenta, estava proposto pelo Partido Socialista, só que não se sabia publicamente, mas isto é um àparte. O senhor Presidente da Assembleia Municipal é, de acordo com a lei e o regimento, o garante do cumprimento da lei e da regularidade das deliberações. O senhor Presidente também é responsável se esta votação se fizer hoje nestas circunstâncias, mas, podíamos limitar-nos a votar contra e, apresentar a declaração de voto vencido. Achámos que é muito mais honesto e muito mais transparente, explicar antecipadamente quais são as consequências deste acto.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: eu penso que há aqui vários equívocos. Em primeiro lugar quero dizer-vos que: eu não tenho aqui em mão os documentos que foram distribuídos na última Assembleia, mas foram. As propostas da Caixa Geral de Depósitos e a proposta do Banco Espírito Santo foram entregues. Mesmo não tendo sido, está aqui o economista desta casa e, não iria certamente fazer uma proposta igual a essa que aí está, sem ter os documentos na mão. Em relação ao limite de endividamento, e à capacidade de endividamento da Câmara temos um documento que foi distribuído por todos. Relativamente à aprovação na Câmara, naturalmente que vão ser ractificadas as condições, na próxima reunião que vai ser na Quarta Feira e só depois disso é que vai para o Tribunal de Contas. Em relação às despesas de investimento, está dito que servem para financiar projectos inseridos no P.P.I.. Portanto, penso que a situação está bastante clara. Relativamente ao empréstimo dos quinhentos mil euros, obviamente que este empréstimo serve para se proceder ao saneamento financeiro, do qual a senhora ex-Vereadora até fazia parte e sabe perfeitamente que há muitas dívidas de investimento, que neste momento estão por pagar, relativamente ao mandato anterior. Até estamos a pagar as vossas dívidas. Pessoas telefonam-me todos os dias a pedir o dinheiro. Este empréstimo é feito para pagar a essas pessoas. E em relação ao aparte, também lhe quero dizer que fique descansada, que esta Assembleia não

foi marcada à pressa para dia 14, até porque já há decisões da Associação Nacional de Municípios, no sentido de ser prorrogado o prazo. Não houve má fé na marcação desta Assembleia, não há nada que este Executivo queira esconder da Assembleia Municipal. De coisas escondidas, e de faltas de respostas a perguntas que eram feitas, fiquei farto no vosso anterior mandato.

O Membro Joaquim Cardoso: O senhor Presidente ficou farto no último Mandato, de quê? Nós estamos fartos agora. O que o senhor Presidente da Câmara diz não faz nenhum sentido, face ao nº 2 da alínea d) do artigo 53º da Lei 5-A, que altera pela redacção da Lei 169/99 de 18 de Setembro. Nós não podemos arguir desta maneira. O que diz a Lei é que: a Assembleia Municipal, autoriza sob proposta da Câmara contracção de empréstimos. Não é isto que efectivamente está a suceder. Não há nenhuma proposta da Câmara que conste. Nenhum extracto de acta remetido a esta Assembleia, pelos menos aos eleitos da C.D.U. Portanto, partiu de pressuposto completamente errado, é que era a Câmara que ractificaria uma deliberação da Assembleia Municipal, quando o legislador diz precisamente o contrário. Assim sendo, parece-me que esse argumento me parece perfeitamente desconjuntado no estrito cumprimento da legalidade que a todos obriga. Não me lembro quando aqui estive de o ver fazer perguntas, às quais não tivesse resposta e nessas circunstâncias teria sido muito cordial que V.Exa. desse o exemplo de cumprimento da legalidade e não o arguisse. Se houver eventuais incumprimentos que não pôs em conhecimento público, o Tribunal de Contas não vai certamente viabilizar. A questão é esta, não é outra. E naturalmente, face à questão de legalidade real, estamos perante uma proposta que não pode ser aprovada. Se o for, naturalmente terá as consequências óbvias. Eu podia sobre isto pronunciar-me, mas não o faço. A Lei fala do mapa da capacidade de endividamento da Câmara, esse mapa está incompleto. Ainda, nestas circunstâncias como é evidente não estamos em condições, não é possível, naturalmente, votar favoravelmente uma tal proposta.

O membro Maria Filipa Almeida: Na última Sessão da Assembleia Municipal, sob uma questão completamente diferente dos empréstimos, o Vereador Joaquim Serra, esteve desde o principio até ao fim da Sessão a pedir que o autorizassem a dar uma ajuda, para que uma deliberação da Assembleia não seguisse para C.C.R, e não voltasse para trás. Nós, estamos exactamente com o mesmo espírito. Estamos a querer evitar que estes empréstimos cheguem ao Tribunal de Contas e voltem para trás. Aliás, se a C.D.U, estivesse contra os empréstimos, os Vereadores da C.D.U, não tinham votado a favor, mesmo antes das propostas chegarem à Câmara. Entendam como quiserem, mas gostaria que entendessem como um gesto de responsabilidade, de quem sabe do que está a falar. Porque empréstimos as Câmaras sempre foram pedindo. Sabemos quais são as burocracias que não passam. Percebemos alguns erros, e os erros técnicos corrigem-se. Não percebemos, é como é que estas questões que não são erros técnicos, podem passar. E, nomeadamente a questão muito grave da Câmara não ter aprovado estas propostas. Não está em causa que a Caixa Geral de Depósitos tenha a melhor proposta, de maneira nenhuma. Certeza, como o senhor Presidente disse: de certeza que o Dr. Nuno não inventou os números que ali tem. De certeza que fez aquela análise a partir das propostas das Entidades Bancárias. Agora, senhor Presidente, não pode dizer que eu recebi no dia 27 de Abril, a proposta do B.E.S e a proposta da C.G.D., porque nem eu, nem os eleitos da C.D.U os receberam. Agora, eu queria, se me é permitido, fazer uma pergunta ao Vereador João Proença. Senhor Vereador, gostava que nos dissesse, como é que na Câmara este assunto foi tratado, ou como é que não foi?

O senhor Vereador João Proença: Eu, sinceramente, não me sinto muito bem neste papel e, gostaria que me poupassem a ter que intervir muitas vezes sobre assuntos destes. Eu, sinceramente o que já disse aqui ao Vereador Humberto, vou dizê-lo agora, porque foi aquilo que senti quando vi este documento. Eu, disse há pouco ao Vereador Humberto, que me apetecia despedir o Dr. Nuno. E isto tem muita responsabilidade, e eu sei que tem, mas não estou a dizer nada que não tenha sentido. Sempre estive à vontade nesta Terra e nesta Casa e, por isso eu disse, e tenho toda a legitimidade de o dizer. Estes documentos chegarem aqui, desta maneira, isto só pode que ter que ver com uma coisa: esta casa anda muito mal, ou está a andar muito mal, está a começar muito mal. De qualquer forma, com o Dr. Nuno, eu vou entender-me mais adiante, porque isto é assim. Isto sobra sempre para os mais pequenos. Nuno, tenha sempre presente isto: quando o Mar bate na rocha, quem se lixa é o Mexilhão. Na verdade, aquilo que a Filipa explicou, é o que se passa. Este documento não está em condições de ser apresentado à Assembleia.

A responsabilidade é naturalmente do senhor Presidente da Câmara, que o deveria ter tratado. O senhor Presidente, tem na Câmara funcionários que podem tratar disto. Há aqui na Câmara, Chefes de Divisão responsáveis, que se tivessem tranquilidade e possibilidades de tratar deste documento, já o tinham tratado. Tinham tratado destas questões todas que têm que vir à Assembleia. Nós devemos elucidar todos os eleitos, e é sem esforço, devemos fazê-lo sem esforço. Eu por acaso estou a fazê-lo com algum esforço. Nós na Câmara, aprovamos esta contracção de empréstimos, achamos que faz falta ao Município. Estamos hoje, aqui também disponíveis para ver como é que isto ainda se resolve. Porque isto, ainda tem solução. Há aqui documentos que se têm que tratar e, ainda se podem tratar. Agora, nós na Câmara, autorizamos ou o que aprovamos foi a contracção destes empréstimos, e a consulta às entidades. Agora, não podemos é trazer à Assembleia, resposta de uma entidade de Maio, quando a reunião de Câmara, foi a vinte e oito. Porque a Câmara é que tem que propor à Assembleia. Eu, ontem tive o cuidado de pedir ao Vereador Serra, que ligasse ao senhor Presidente, parece que não o encontrou, para debater isto mesmo. Era necessário, nem que fosse hoje, uma reunião de Câmara, antes desta Assembleia para deliberar sobre estas propostas e, para que estas propostas pudessem ter uma deliberação anterior da Câmara. Nós, membros da C.D.U., não temos tido por parte da maioria da Câmara, muita aceitação das propostas que fazemos. Vamos fazendo no sentido de resolver alguns problemas, mas não a temos tido. Nós, neste caso, votamos a favor da contratação destes empréstimos. Formalmente, isto não está devidamente organizado, nem aprovado pela Câmara. O que lamentamos. Se houver tempo, na Quarta-feira, nós não temos que rectificar, é uma matéria que tem que ser aprovada. O senhor Presidente da Câmara, se quisesse saber isso, sabia. O meu telemóvel ainda é o mesmo. De qualquer forma nós estamos perante uma questão que é séria e que tem que ser resolvida. A bancada da C.D.U., está aqui para tentar resolver isto, desde que não se diga, que estes empréstimos são para resolver os problemas financeiros e os problemas de fornecedores da Câmara. Se é com essa contrapartida, nós não estamos disponíveis para resolver este problema. Ou então, uma reunião de Câmara faz-se depressa, os problemas resolvem-se e o tempo que é preciso para não prejudicar o Concelho, nós podemos encontrá-lo aqui. Termine desta maneira, aquilo que na Câmara não foi tratado foi a aprovação das cláusulas contratuais que era necessário fazer. Isto é que é objectividade. O senhor Presidente, concerteza sabe isto tão bem quanto eu. Senhor Presidente da Assembleia, a minha postura, como Vereador da C.D.U, é que estamos aqui hoje, para resolver este problema, se houver disponibilidade por parte do senhor Presidente da Câmara. Tendo em conta que temos que enviar isto para o Tribunal de Contas com as datas e com deliberações. E as deliberações, enquanto nós cá estivermos, têm aquilo que nós quisermos que tenham. Quando forem assuntos internos da Câmara e da Assembleia nós conseguimos resolver. Aquilo que diz respeito à Banca, e isto é para si, Senhor Presidente da Assembleia, nós não conseguimos deliberar na Câmara, a aprovação do empréstimo com base numa informação bancária. Se o documento do Banco tem data de dez, e se a reunião for a nove, quanto muito a reunião tem que ser no dia dez à tarde. Este é que é o problema que está aqui. Uma deliberação de Câmara que falta aqui, com uma data posterior aos documentos que chegaram à Câmara. Há pessoas que sabem que nós não precisamos ser legalistas, mas temos que apresentar a documentação e os processos com a regularidade necessária para poderem ser apreciados devidamente.

O senhor Presidente da Câmara: Lamento profundamente as afirmações feitas pelo senhor Vereador Proença, relativamente ao Economista desta Casa. Porque quando se fala de tranquilidade, tranquilidade exige naturalmente paz, e não pressão por parte dos Vereadores da C.D.U, relativamente aos serviços desta casa. Já disse isto na Assembleia passada, eu não posso admitir que os Vereadores da C.D.U, continuem a querer gerir esta Câmara como geriam até 17 de Dezembro de 2001. Não posso admitir que os Vereadores da C.D.U, permanentemente invadam os serviços de pessoal, invadam os serviços administrativos, invadam o Gabinete Técnico, isto não é trazer tranquilidade e sossego à Câmara de Borba. Mas, relativamente a este assunto, quero dizer que aquilo que foi à reunião de Câmara, e foi aquilo que foi aprovado, foi exactamente a ratificação do despacho como diz a acta. Está aí solicitado à Assembleia a autorização para contratação dos empréstimos. Naturalmente que as cláusulas contratuais irão ser aprovadas na próxima reunião de Câmara. Naturalmente que serão. Relativamente ao empréstimo dos quinhentos mil euros, comecei por dizer que era um empréstimo para saneamento financeiro. Que por acaso é uma maneira airosa de torner a questão, mas se ficam mais satisfeitos com o termo saneamento financeiro, não digo que é para pagar as dividas, digo que é para o saneamento financeiro.

O membro Ivone Espiguinha: Eu gostava de aprovar isto mas realmente devia primeiro ter sido aprovado em reunião de Câmara e, se nos facultaram as fotocópias dos Bancos que recusaram os empréstimos, também nos podiam ter facultado as outras fotocópias visto que foram enviadas à Câmara. Em relação à pergunta feita anteriormente, logo no principio, feita pela Filipa Almeida por causa do empréstimo para investimento, as promessas foram muitas, acredito que Borba irá ficar muito bonita e que vá ter muitas obras. Sinceramente, hoje, sinto-me repesa por no anterior mandato ter aprovado um empréstimo de setenta mil contos, destinado a uma obra que não chegou a ser feita.

O senhor Presidente da Câmara: é só um esclarecimento: eu acabei de mandar fotocopiar os documentos relativos ao B.E.S e à C.G.D., porque não quero que os membros da Assembleia fiquem com qualquer dúvida. Os elementos estão cá e, eu confio plenamente no Economista que tenho. Não quero dizer que não foram distribuídos, mas quero dizer que os mandei fotocopiar no fax que se encontra aqui ao lado, para serem de novo distribuídos.

O membro Augusto Guégués: Bem, em relação a tudo isto, aquilo que me parece é que tem que haver alguma tranquilidade. Acho que estas Vereações, estes elementos da C.D.U, gostam muito de espalhar falsos boatos, falsos alertas. Outra coisa é estarmos aqui todos de boa fé a tentar resolver os problemas do Concelho. Os Vereadores da C.D.U, votaram favoravelmente à contratação deste empréstimo, na reunião de Câmara no passado Mês de Abril. Na semana passada realizou-se uma reunião de Câmara, onde não foram levantadas estas questões. A verdade é que protelaram isto tudo e agora estão aqui armados em santinhos, isto é a verdade dos factos. Vamos passar a outra fase. O empréstimo foi de facto aprovado, pede-se a ractificação por parte desta Assembleia. Penso que houve da nossa parte uma tolerância bem grande, ao deixarmos protelar esta questão para uma Assembleia Extraordinária. Agimos todos de boa fé, o que não acontece com alguns. Perante isto, reconheço que esta Câmara agiu de forma honesta e transparente. A C.D.U, está a agir de má fé. Está a agarrar-se a uma deliberação de Câmara que podia ter existido em Abril. Os senhores gostam de ser os sabedores de tudo e, gostam que os outros cometam pequenas formalidades. Vocês procuram pequenos factos para criarem esta situação. Meus senhores, ponham a mão na consciência. Sim, porque vocês devem pôr a mão nas vossas consciências e acima de tudo saberem o que andam aqui a fazer.

O membro Mário de Deus: Esta sessão, tal e qual como se esperava, vai constituir para todos os meus companheiros do Partido Socialista, mais uma pedra na aprendizagem da estratégia política que trazem para aqui. Mais uma vez o Teatro vinha muito bem montado. Foi com grande satisfação, que ouvi o Vereador Proença, Vereador da Oposição, usar da palavra como quis, o tempo que quis. Como eu no passado sempre disse: é nesta Casa que se faz política. É pena é ter dito que a C.D.U, tinha aprovado antes de saber os pormenores, mas depois já não aprovou, mas isto faz parte do Teatro. Este passar da palavra de cá para lá e de lá para cá, penso ter sido a estratégia escolhida para hoje. Lamento que o encenador da peça de hoje, não tivesse encenado também na última Assembleia Municipal, quando se tratou de aprovar as contas do mandato anterior, onde se absteve toda a gente. Membros que pertenceram àquela Câmara não votaram a favor das contas que agora tinham que votar na Assembleia. Ou, o encenador hoje estava mais atento ou, nós hoje não entendemos aqui alguma coisa. Pareceu-me preocupante, o que já ouvi da parte do senhor Presidente da Câmara, por várias vezes, o comportamento sistemático que os Vereadores da C.D.U e alguns membros da Assembleia da C.D.U têm na Câmara. Mas isso nós vemos pelo comportamento que têm aqui. É uma coisa que sai do normal. Meus senhores, há as eleições, a democracia que funciona, tem a saúde que tem, funciona com os prazos, com os timings e, há que saber ganhar e saber perder. Nós, já mostramos que sabíamos perder, saímos com toda a dignidade. Queremos agora, estar com toda a dignidade. Olhando para os documentos, há um deles que me deixa confuso. As pessoas que não são sérias na política, não são sérias na vida pessoal. Eu passo a ler o documento que todos nós temos à nossa frente, do Banco Totta & Açores, destinado à Câmara Municipal de Borba, "Acusamos a recepção dos vossos ofícios acima referidos, relativamente às propostas de financiamento. Registamos, (e é para este parágrafo que chamo a vossa atenção). Registamos, com agrado, a prontidão com que os vossos serviços financeiros nos prestaram toda a documentação adicional, por nós solicitada". Eu pedia ao Vereador Proença que num esforço de rigor preste bem atenção neste parágrafo que acabei de ler. E certamente que quem fez isso, foi o mesmo Dr. Nuno que trabalha nesta

Câmara há muitos anos. Que serviu no outro mandato e, que agora é insinuado aqui, de uma forma que me deixa incomodado. Quem serviu uma série de anos no anterior mandato, agora já não serve.

O membro António Anselmo: Meus senhores, isto é como no Teatro. Há três tipos mais ou menos grandes: a comédia, o drama e a tragédia. Isto aqui é um pouco trágico-comédia, não é? penso em todos os membros da Assembleia, uns que sabem mais, uns que sabem menos, outros são mais ingénuos. Mas quando se está aqui a pôr em causa valores que servirão para pagar dívidas, valores que servem para investir na nossa Terra, faz-me confusão o porquê de tanto preciosismo, independentemente da base legal com que as coisas são aprovadas. As pessoas que estão aqui são de Borba, gostam de Borba. Por favor, deixem-nos aprender com quem sabe. Mas não façam confusão, não arranjem problemas onde não os há. Porque não serem honestos e dizerem: não, não queremos dar condições a este executivo da Câmara de Borba. Isto era mais correcto. Não confundam as pessoas que estão a ouvir, intimidando-as com o "será muito grave, vão presas". Por favor, tenham um bocado de juízo na cabeça, gostem de Borba e acima de tudo sirvam Borba.

O membro António Paixão: Em relação ao assunto que se está a debater, eu gostaria de expressar uma opinião, uma vez que eu não comungo totalmente de quaisquer opiniões que já foram expressadas aqui. É meu entender, que as propostas que hoje aqui vêm, também deviam ser objecto de aprovação da parte da Câmara, e só depois vir a rectificação à Assembleia. No entanto, para o bem de Borba e se de facto me colocarem entre a espada e a parede, eu também escolho a espada. Suponho que com esclarecimentos que já foram aqui dados, já chegamos a algum consenso. Agora está só em causa a apresentação destas propostas em reunião de Câmara, se houver boa vontade de todos, eu apelo para que se resolva e seja ultrapassado aqui, para o bem de Borba.

O membro António Moura Lopes: Para que não sejamos acusados de estar a protelar indefinidamente esta discussão, nós pensamos que apresentamos os argumentos que temos e, que pensamos que são justos, e que temos o dever, perante a população de Borba de os apresentar a esta Assembleia. Solicitávamos à Mesa que passe à votação e será o número de votos que decidirá a justeza, ou não justeza. Creio que o futuro nos dará a razão.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Sobre este assunto, também queria dizer alguma coisa. Na última reunião foi distribuída uma acta da reunião da Câmara Municipal, em que se coloca o problema dos empréstimos. A referida acta, diz: "A Câmara Municipal deliberou por unanimidade solicitar a autorização à Assembleia Municipal, para contratação dos referidos empréstimos". Falou-se aqui em propostas, que não tinham as propostas, que não viram as propostas. O que a lei diz não é que venham aqui as propostas, a lei diz é que venha uma análise das propostas e informação da Câmara sobre o assunto. Portanto, a Câmara através do Economista, fez uma informação com análise técnica que foi distribuída a toda a gente. Há uma deliberação da Câmara Municipal, que solicita a autorização à Assembleia Municipal para a contratação dos referidos empréstimos e, há uma análise das propostas feita de acordo com a lei. Não queremos aqui uma análise política das propostas queremos uma análise técnica, foi o que aqui veio. Repito, não é preciso vir à Assembleia nenhuma proposta. A lei acredita nos serviços da Câmara e nos técnicos que estão ao serviço da mesma. Por outro lado, a análise da capacidade de endividamento estava no documento, e agora aqui, até aparece muito mais explicita. Eu que nunca tinha percebido aqueles mapas de endividamento, agora até percebo pela descrição feita no conteúdo dos mapas. E foi aquilo que foi pedido aqui da última vez que as análises económicas da Câmara viessem mais explicitas. De facto, lê-se, percebe-se perfeitamente qual é o valor da capacidade de endividamento, qual é o valor do endividamento. Portanto, está analisado. Com tudo isto, acho que estão efectivamente reunidas as condições que não podem de maneira nenhuma pôr em causa a legalidade das decisões que forem aqui tomadas. Mas isto é o nosso entendimento. Poderá haver outras pessoas, que tenham outro entendimento. Admite-se perfeitamente. E se isso suceder, que remédio temos nós. Se houver um erro cometido, nós rectificamo-lo. Neste momento, consideramos que não estamos a cometer erro nenhum, nem nenhuma ilegalidade. Em futuras sessões, eu gostaria que a oposição da C.D.U não venha com a disposição de fazer ameaças. Ameaças disto, ameaças daquilo. Eu gostaria que se respeitasse sempre a minoria, mas que também se respeitasse a maioria. Ainda há pouco, o Dr. Nascimento apresentou uma

proposta de correcção de uma proposta feita pela Mesa, e nós aceitámos a correcção. Estamos aqui para trabalhar em conjunto. E não se fez nenhuma ameaça ao Dr. Nascimento. Que ele não podia apresentar a proposta, porque a proposta era ilegal, porque ele queria de braço no ar e nós de pé. Na minha opinião não existe nenhuma ilegalidade nos procedimentos dos empréstimos. Ainda queria dizer o seguinte: podemos fazer uma consulta e os consultados, podem responder quando quiserem, até podem responder para o ano. A proposta não é considerada. Não houve aqui nenhuma ilegalidade. A proposta entrou fora de prazo não é considerada. Até ficaria em terceiro lugar, não é a mais vantajosa. Não estou a ver quais são as más intenções que aqui possam haver, para existirem todas essas ameaças. Se não for assim o entendimento de quem decide, é de outra maneira. Temos que dialogar, expor as ideias, mas evitar o massacre de conversa e das ameaças. Não havendo mais inscrições, vamos votar este ponto.

*Aprovado por treze votos a favor, cinco votos contra e uma abstenção.*

A C.D.U, leu e apresentou declaração de voto vencido (anexo 6), juntamente com requerimento para pedido de certidão da minuta da acta (anexo 7) que lhe foi imediatamente entregue, após aprovação

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: mandou proceder à leitura da minuta da acta que foi aprovada por unanimidade e, deu por encerrada a sessão.

**Documentos anexos a esta acta:**

Anexo 1 - Pedido de substituição do membro senhor Carlos Manuel de Almeida Cabral

Anexo 2 - Pedido de substituição do membro senhor Rui Manuel Ganito Bacalhau

Anexo 3 - Pedido de substituição do membro senhora Maria Barriga

Anexo 4 - Pedido de substituição do membro senhor Rui Sá

Anexo 5 - Pedido de substituição do membro senhor Jerónimo João Pereira Cavaco

Anexo 6 - Declaração de voto vencido apresentado pela C.D.U.

Anexo 7 - Requerimento apresentado pela C.D.U.